

Os efeitos da crise econômica e da operação Lava Jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva

The effects of the economic crisis and the ‘Operation Car Wash’ inquiry on Brazil’s heavy industry: denationalization, bankruptcies and productive disruption

Pedro Henrique Campos¹

Resumo

O presente artigo versa sobre os efeitos da crise econômica brasileira recente e da operação Lava Jato sobre a indústria da construção pesada no país. Trazendo dados econômicos e informações sobre operações de empresas, o texto apresenta um processo de falências e concordatas de empreiteiras, além de uma significativa desestruturação do setor, com intensa desnacionalização do segmento de infraestrutura no Brasil. A análise se detém em especial sobre os ramos de eletricidade, petróleo e concessões públicas. Ao final do artigo, é levantada a hipótese de um reforço no período recente de um padrão de acumulação de capital centrado predominantemente na valorização financeira, com acentuação dos processos de reprimarização, desindustrialização, enxugamento do mercado interno e desnacionalização da economia brasileira, nos marcos de uma nova inserção da economia capitalista brasileira na Divisão Internacional do Trabalho.

Palavras-chave: Indústria da construção pesada. Empreiteiras. Crise econômica. Operação Lava Jato. Desnacionalização.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Seropédica, RJ, Brasil). E-mail: phpcampos@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9280-3649>.

Abstract

This article deals with the effects of the recent Brazilian economic crisis and the “Car wash” operation on the heavy construction industry in the country. Bringing economic data and information on business operations, the text presents a process of bankruptcies and reorganization of contractors, in addition to a significant restructuring of the sector, with intense denationalization of the infrastructure segment in Brazil. The analysis focuses in particular on the branches of electricity, oil and public concessions. At the end of the article, we propose the hypothesis of a reinforcement in the recent period of a pattern of capital accumulation centered predominantly on financial valuation, with accentuation of the processes of reprimarization, deindustrialization, downsizing of the domestic market and denationalization of the Brazilian economy in the framework of a new insertion of the Brazilian capitalist economy into the International Labor Division.

Keywords: Heavy construction industry. Contractors. Economic crisis. “Car wash” operation. Denationalization.

Recentemente, algumas das empresas mais poderosas do Brasil, líderes de grandes conglomerados econômicos, foram envolvidas em um processo de vertiginosa decadência e desestruturação. Grupos como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e OAS fizeram a venda de ativos de seus grupos e estão vivendo graves problemas com credores, com seguidos pedidos de reestruturação da dívida e falência. Nem só essas grandes empreiteiras tiveram problemas financeiros, mas também várias outras empresas de engenharia sentiram esse momento negativo para o setor, sendo gerado um elevado desemprego com as demissões realizadas. A causa direta dessa crise diz respeito aos efeitos da operação Lava Jato, conjugado com a crise econômica brasileira, vivida desde 2015. No entanto, cabe questionar quais seriam os motivos profundos para o processo de fragilização dessas empresas capitalistas. O processo de desmantelamento econômico do setor esteve relacionado à crise política vivida no país desde o processo eleitoral de 2014 e cabe compreender as razões desse processo e os que se beneficiaram do mesmo.

Este artigo pretende acompanhar a trajetória do setor da indústria da construção pesada brasileira no período recente, verificando o seu desempenho econômico, controle de ativos e os dados das empresas. Para isso, dividimos o texto em algumas partes. Em primeiro lugar, fazemos um breve histórico acerca da trajetória do setor da engenharia pesada

no Brasil, apontando para a marca do controle de grupos brasileiros sobre o setor no país historicamente. Em seguida, analisamos os efeitos da operação Lava Jato sobre o segmento da construção, dando ênfase ao setor elétrico, ao ramo do petróleo e às concessões públicas. Por fim, na última seção do artigo, desenvolvemos uma proposta de análise explicativa acerca do processo econômico brasileiro recente, trabalhando com a tese do reforço de um padrão de acumulação predominantemente financeiro no país no período recente, com intensificação dos processos de reprimarização, desindustrialização, dilapidação do mercado doméstico e desnacionalização da economia brasileira.

Para dar lastro ao processo de análise, tecemos algumas considerações teóricas e acessamos alguns conceitos ao longo do texto. Porém, partimos de início da noção conceitual de padrão ou regime de acumulação de capital. A partir das reflexões de Marx, de Engels e autores marxistas, o economista argentino Eduardo Basualdo percebeu como dentro do predomínio de um mesmo modo de produção, em uma determinada formação econômico-social, há a sucessão de diferentes regimes de acumulação de capital, que dizem respeito à estrutura econômica disponível em uma determinada configuração histórica específica e à própria forma do Estado prevalente em um determinado período. O autor verificou na trajetória do capitalismo argentino ao longo do século XX que houve o predomínio de um regime de acumulação tipicamente primário-exportador nas suas três primeiras décadas. Esse sistema foi sucedido por um padrão urbano-industrial, com produção dedicada sobretudo ao mercado doméstico, o que ganhou forma principalmente nos anos 1930 e 1940. Por fim, ele nota que a ditadura argentina iniciada com o golpe de 1976 veio a inaugurar um novo regime de acumulação centrado na valorização financeira, com delapidação da indústria e do mercado doméstico do país, o que veio associado a um processo de reprimarização da economia, com fortalecimento da oligarquia pampeana (BASUALDO, 2013). Acerca da categoria analítica, assim afirma Basualdo (2007, p. 6):

Las etapas históricas que conforman la historia económica argentina durante el siglo XX, se delimitaron teniendo en cuenta una categoría del análisis económico y social sumamente relevante como es el de régimen o patrón de acumulación dominante. El análisis de esta categoría

permite aclarar tanto los criterios utilizados para delimitar esas etapas como la perspectiva del análisis, donde la descripción de los acontecimientos está lejos de constituir el núcleo central de la cuestión. Sin duda, se trata de una categoría muy abarcativa que exhibe un significativo nivel de abstracción. No obstante es necesario analizarlo porque se trata de un instrumento analítico sumamente trascendente al permitir diferenciar los distintos comportamientos económicos que se suceden en el tiempo. Esto es posible debido a que este concepto alude a la articulación de un determinado funcionamiento de las variables económicas, vinculado a una definida estructura económica, una peculiar forma de Estado y las luchas entre los bloques sociales existentes.

Dadas as semelhanças que aproximam a trajetória do capitalismo brasileiro e argentino, com suas características de dependência e seus processos de industrialização, entendemos que a categoria de padrão de acumulação, tal qual colocada por Basualdo, pode ser manuseada para compreender a realidade brasileira².

Breve histórico do setor da construção pesada no Brasil:

A indústria da construção pesada consiste em um ramo específico do processo produtivo em sociedades capitalistas responsável pelos empreendimentos de infraestrutura, tal qual rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, usinas de energia, dutos, obras de saneamento e melhoramentos urbanos. Trata-se de um setor responsável por obras mais complexas e que geralmente envolve empresas de engenharia de maior porte do que a construção habitacional (CHAVES, 1985).

Historicamente no Brasil as primeiras empresas a atuar no segmento da construção pesada eram controladas por grupos estrangeiros. Desde meados do século XIX, a economia brasileira sofreu intervenções para construção de estradas de ferro, telégrafos e melhoramentos nos portos. A maior parte desses empreendimentos contava com tecnologia, capital e empresas envolvidas oriundas do exterior. Em muitos casos, a própria contratante era uma firma de fora

2 A reflexão sobre um padrão de acumulação predominantemente financeiro tem sido realizado, dentre outros, por Chesnais (1997). Sobre as origens da reflexão acerca do capital financeiro, ver Hilferding (1985) e Lenin (1985)

do país, que dava preferência para grupos internacionais. Assim, há o caso emblemático do grupo Light, que chegou a dominar a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo no início do século XX, além de ter atuação no setor telefônico, telégrafos, carris urbanos (bondes), entre outros serviços. A empresa realizava diversas ações de engenharia e geralmente contratava grupos estrangeiros para realizar essas obras. Esse processo foi predominante no período no qual a economia escravista e, depois, a economia capitalista brasileira operava no padrão de acumulação de capital primário-exportador. O processo produtivo no país era prioritariamente voltado para o setor externo, com exportação de gêneros primários, sobretudo o café. A inserção do Brasil no sistema imperialista se dava com a presença de grupos internacionais controladores de tecnologia para realizar projetos de infraestrutura na economia brasileira (ALMEIDA; SAIN; ZONINSEIN, 1982).

No entanto, os grandes choques internacionais da “era da catástrofe” geraram uma reformulação do Estado brasileiro e do padrão de acumulação de capital na economia do país. Assim, desde os anos 30, houve o advento do Estado varguista, caracterizado por uma reformulação do aparato estatal em favor de um padrão de acumulação voltado para o mercado doméstico, com preferência para o capital urbano-industrial (MENDONÇA, 1985). Dentre as empresas que se beneficiaram desse modelo estavam as empresas de engenharia, em particular as do segmento da construção pesada. O Estado formou autarquias e empresas estatais que passaram a demandar serviços de engenharia a firmas privadas, dando preferência para grupos brasileiros. Agências estatais como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), fundado em 1937; a Petrobrás, fundada em 1953; e a Eletrobrás, fundada em 1962, e suas subsidiárias contratavam empresas de engenharia brasileiras para fazerem obras e serviços de engenharia. Nesse sentido, é bem representativa a entrevista anônima colhida pela economista Marilena Chaves de um empreiteiro de obra pública que atuava junto à Petrobrás:

Não houve, vamos dizer assim, uma predeterminação por parte do Governo, mas, naturalmente, houve a ‘benção’; alguns membros do Governo que acompanharam essa ideia. Por exemplo, um homem que ajudou muito dentro do Governo foi Juracy Magalhães [...]. O Juracy começou

esse processo de ajudar as firmas nacionais; o processo aí se ampliou e tornou-se ativo ao longo da vida da Petrobrás. [...]. A Petrobrás sempre deu a oportunidade para as empresas se habilitassem a novos campos da técnica... se 'encostassem' numa firma estrangeira para absorver a tecnologia. [...] A contratação dos trabalhos de uma empresa de engenharia é um ato de fé, porque está tudo no chão. E o que você vai fazer? Você tem que acreditar no que eu faço. [...]. Então é possível que alguma empresa do Estado tenha tido alguma relutância. [...] mas a tendência, decididamente, era contratar a empresa brasileira (CHAVES, 1985, p. 118, grifo no original).

Dessa forma, é possível perceber como essa reformulação do Estado, com a formação de agências dedicadas a contratar obras e serviços na área de infraestrutura correspondeu a uma vitória dos empresários brasileiros, que viam suas firmas terem preferência na contratação por parte dos órgãos públicos e também incentivo para aquisição de tecnologia junto a grupos estrangeiros.

Consoante a reformulação do aparelho de Estado e das políticas estatais, com a formação de um fundo público (OLIVEIRA, 1998) para a contratação de empresas privadas para realização de obras de infraestrutura, foram fundadas diversas empreiteiras de construção pesada nos anos 1930 e 1940. As maiores construtoras nacionais, como Odebrecht, Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez foram formadas nesse período, com predomínio de controle familiar e vínculos com a classe dominante e o poder político local. Essas empresas foram crescendo alimentando-se do fundo público e realizando empreendimentos como rodovias, obras de urbanização, usinas de energia etc. Um período marcante da expansão desses grupos econômicos ocorreu durante o governo Kubitschek (1956-1961), quando houve um *boom* de projetos de infraestrutura, com destaque para as obras da nova capital federal, as rodovias implementadas no bojo do Plano de Metas e hidrelétricas como a de Furnas. Nesse momento, os principais empresários do setor passaram a ter raio de ação de corte nacional, com empreendimentos realizados em diversas regiões do território, superando a característica mais regional típica dessas empreiteiras no início das suas atividades. A partir desse período, esses agentes passaram também a se organizar em nível nacional, reunidos em aparelhos privados de hegemonia na

sociedade civil, atuando para barrar a conquista de direitos por parte de trabalhadores, dividir obras entre eles e pautar as políticas públicas em seu benefício próprio (CAMPOS, 2014).

Alguns dos empreiteiros associados no Sindicato Nacional da Construção Pesada (Sinicon) participaram do golpe de 1964 e tiveram uma guinada no seu poder com a ditadura. Após um início marcado pela preferência dada às construtoras e projetistas estrangeiras, característica do governo Castello Branco (1964-1967), os empresários do setor se organizaram e lançaram a campanha “Em defesa da engenharia nacional” ou “A engenharia é nossa”, que demandava que fossem privilegiadas as empresas de engenharia nacionais na contratação de serviços e obras públicas. Após se aproximar de militares “nacionalistas autoritários”, os líderes do movimento conseguiram a reversão das políticas estatais no segundo governo da ditadura. Após o AI-5, o governo Costa e Silva emitiu um decreto, com o Congresso Nacional fechado, definindo a reserva de mercado no setor de obras públicas e serviços de engenharia. Com isso, as empreiteiras brasileiras teriam exclusividade na realização do maior ciclo de empreendimentos de infraestrutura já realizado na história do país, ocorrido na década de 1970. Dessa forma, houve um protecionismo seletivo por parte da ditadura, que defendeu, dentre outros setores, o segmento das empreiteiras de obras públicas, altamente organizadas em sindicatos e associações e com franco acesso às agências estatais e ao centro do poder durante o regime autoritário (CAMARGOS, 1993).

Com essa proteção, essas empreiteiras se fortaleceram no mercado doméstico e nos seus ramos de origem, e iniciaram um processo de transnacionalização e ramificação. Assim, desde o final da década de 1960, algumas construtoras brasileiras passaram a fazer obras em outros países, em particular na América do Sul, África e Oriente Médio. Além disso, desenvolveram atividades em outros setores, como mineração, agropecuária e ramos industriais, como cimento, petroquímica, siderurgia etc. Ao final do regime, havia no setor de construção pesada um oligopólio formado pelas quatro maiores empreiteiras (Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Mendes Júnior), que tinham intensa diversificação de negócios e atividades internacionais (FERRAZ FILHO, 1981).

O processo de redemocratização do país coincidiu com o fim da Guerra Fria e a adesão dos governos brasileiros na década de 1990 à

mundialização do capital ora em curso, na assim chamada “globalização”. Dessa forma, houve significativa abertura econômica e atenuação ou fim das políticas protecionistas firmadas ou fortalecidas durante a ditadura. Com isso, em 1991, houve o fim da política de reserva de mercado para o setor de serviços de engenharia. Decisão tomada no governo Collor determinava que os órgãos públicos não precisavam mais contratar obrigatoriamente empresas nacionais para realização de serviços e obras de engenharia. O fim dessa política de proteção coincidiu com a redução dos investimentos em infraestrutura e a política de privatizações. Como as empreiteiras brasileiras eram muito poderosas, o minguado mercado doméstico de obras públicas continuou a ser tocado pelas grandes empreiteiras nacionais, que foram também ativas compradoras de alguns ativos e concessões disponibilizados na política de desestatização. Se, como afirma Aloysio Biondi (2003), as políticas de privatização se confundiram com um processo de desnacionalização da economia brasileira, houve também alguns ativos e concessões obtidos por grupos empresariais domésticos, com destaque para as rodovias com pedágios, concedidos sobretudo a empreiteiras brasileiras, e alguns ativos nos setores petroquímico, siderúrgico e de telecomunicações (BIONDI, 2003).

Dessa forma, as maiores empreiteiras brasileiras não só não decaíram com o processo de transição política da ditadura que tanto as beneficiou, como permaneceram poderosas em seu poder político e econômico no novo regime político inaugurado nos anos 1980, sendo típicas características do capital monopolista brasileiro (MANTEGA; MORAES, 1991). As políticas implementadas após 2003 incorreram em benefícios a esses grupos econômicos, tanto em suas atividades originais – a construção pesada –, como em suas frentes de diversificação das atividades e internacionalização de seus projetos. Assim, a atenuação da política econômica ortodoxa, principalmente após a mudança no Ministério da Fazenda e com as políticas implementadas em resposta à crise econômica internacional de 2008-2009, levaram à retomada dos investimentos públicos com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), além do reaquecimento do mercado habitacional com o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Dessa forma, foram retomados os projetos das grandes hidrelétricas na Amazônia – com as usinas do Madeira e a de Belo Monte –, tiveram continuidade os projetos ferroviários – com as estradas de ferro Norte-Sul e Oeste-Leste –, as obras da usina de Angra

III foram retomadas, bem como novas iniciativas, como a Programa de submarinos convencionais e nucleares da Marinha (Prosub), estádios, aeroportos e equipamentos esportivos e de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 etc³. Além disso, com o crédito disponibilizado pelo BNDES, essas empresas intensificaram o seu processo de internacionalização no início do século XXI, chegando a mais de 40 países⁴, e com as privatizações de estádios, aeroportos e outros ativos, ampliaram a diversificação de seus negócios, incrementando o seu controle sobre a economia brasileira. Foi o que ocorreu pelo menos até a deflagração da operação Lava Jato.

A operação Lava Jato, a crise e seus efeitos sobre a construção pesada

Em 2014, foi deflagrada a operação Lava Jato, que consiste em uma série de investigações e operações judiciais, realizadas em uma parceria do Ministério Público Federal com a justiça e a Polícia Federal, apontando um sistema de fraudes em licitações, pagamento de propinas e financiamento de campanhas eleitorais por parte de empreiteiras brasileiras envolvidas com a Petrobrás e outras agências estatais. A operação atingiu algumas das maiores empreiteiras brasileiras, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão. Além disso, envolveu alguns dos principais partidos políticos do país (PT, PP, PSDB, PMDB etc.) e lideranças políticas dessas siglas. As investigações apontavam para indicação de diretores de empresas estatais, que beneficiavam algumas empreiteiras nas políticas desenvolvidas pelas autarquias e que retornavam com pagamento de propinas e financiamento de campanhas (MATÉRIA..., 2018).

Nossa proposta neste artigo não é proceder uma análise da operação Lava Jato⁵. Pretendemos basicamente problematizar os efeitos da operação e da depressão econômica sobre a indústria da construção pesada. No entanto, cabe ressaltar alguns aspectos em relação à operação que vão sustentar a argumentação trabalhada aqui. Em primeiro lugar,

3 Sobre isso, ver, dentre outros Coelho (2012) e Boito Junior (2018).

4 Só a maior multinacional brasileira de engenharia possuía mais de 500 contratos firmados no exterior, chegando a possuir 80% das receitas da empreiteira fora do país. Ver Dantas (2007).

5 Para isso, ver, dentre outros, Leite (2015) e Netto (2016). Sobre a questão da corrupção, ver Bezerra (1995).

deve-se indicar que esse não foi o primeiro escândalo público envolvendo empreiteiras e sua relação com agências do aparelho de Estado, com denúncia de práticas ilegais e pagamento de propinas. Pelo contrário, trata-se de mais um episódio envolvendo agentes que visitavam continuamente as páginas da imprensa brasileira desde a redemocratização em acusações de corrupção. Casos anteriores foram o relatório Saraiva, o escândalo dos anões do orçamento, a operação Castelo de Areia, dentre outros. As práticas cartelistas, de pagamento de propina, financiamento eleitoral com retorno e as medidas ilegais perpetradas por esses empresários são bastante conhecidos na história brasileira e remontam, pelo menos, até os anos 50, quando Samuel Wainer já indicava mecanismos e ações similares aos verificados na operação Lava Jato (WAINER, 1987).

Em segundo lugar, é importante ressaltar as diversas polêmicas envolvidas na operação. Trata-se de um conjunto de ações feitas por uma força-tarefa originada em Curitiba e que se multiplicou nos diversos estados e repartições da justiça federal e Ministério Público com elementos de arbitrariedade e práticas de Estado de exceção. As acusações dos críticos da operação giram em torno dos seguintes itens: foram feitas escutas ilegais, divulgadas fartamente para a imprensa; o mecanismo da colaboração “premiada” parece ter sido usado deliberadamente para obter certos depoimentos de interesse dos condutores da operação, com características semelhantes processos de exceção; a operação teve um viés politicamente seletivo e que foi endereçada preferencialmente junto a certas siglas partidárias e agentes políticos relacionados principalmente à base dos governos Lula e Dilma (COUTO, 2018).

É importante sinalizar também a instrumentalização da bandeira do combate à corrupção na política brasileira, algo que também não é novo. A operação foi usada para finalidades políticas e teve consequências eleitorais. Muitas “delações” foram liberadas e prisões foram feitas em pleno período eleitoral, de modo a gerar manchetes e incidir sobre o resultado do pleito. Os resultados dos sufrágios de 2016 e 2018 são representativos disso, dado que em 2014 a operação estava ainda no seu início. Vê-se também que a própria operação alimentou um certo discurso anti-Estado que ajudou a preparar um ambiente pró-privatizações, apesar de ela detalhar justamente o oposto, ou melhor, a escalada dos interesses empresariais sobre o Estado capitalista brasileiro (CARVALHO, 2018) ou, sob outros termos, o próprio perfil classista do Estado. Armando Boito

Junior (2017) e Danilo Martuscelli (2016) chamam a atenção para o fato de que a bandeira anticorrupção reforça junto ao público a divisão ideológica entre público e privado, que é histórica e típica do Estado capitalista, escondendo o perfil de classe do Estado na sociedade burguesa.

Por fim, também sem a proposta de aprofundar ou verticalizar a discussão, é importante sinalizar – para efeito de desenvolvimento do argumento do próprio artigo – toda a cooperação estrangeira que envolveu a operação. Inspirada notoriamente na operação “Mãos Limpas”, desenvolvida na Itália nos anos 1990, a Lava Jato teve flagrante apoio por parte de órgãos de governos estrangeiros. Dessa forma, é conhecido o projeto “Pontes”, promovido pela embaixada dos Estados Unidos e que incluiu a realização de cursos sobre crimes financeiros e lavagem de dinheiro, com aulas realizadas por especialistas norte-americanos e do Departamento de Justiça. O juiz Sérgio Moro foi um dos que realizou esse curso, que teve atividades no consulado do Rio de Janeiro. O mesmo juiz tem um percurso bastante polêmico ao longo de toda operação. Altamente premiado pelas organizações Globo e pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, foi o responsável por alguns dos mais impactantes atos da operação, como a divulgação do áudio presidencial, o processo contra o ex-presidente Lula, as prisões e divulgação de colaboração em período eleitoral, dentre outras ações e movimentações, que incluíram uma série de visitas, viagens e palestras no exterior, sobretudo nos Estados Unidos (KANAN, 2018). Não à toa, Peter Bratsis (2017) chama a atenção para o advento de uma agenda global anticorrupção após a Guerra Fria, conduzida por órgãos como a ONU, OCDE, OEA, Bird e FMI, além da Transparência Internacional. O autor destaca que a implementação dessa pauta interfere em políticas domésticas dos países e serve à abertura de mercados para o capital transnacional, quebrando barreiras que unem capitais locais aos aparelhos de Estado em países periféricos, além de desenvolver um discurso ideológico colonialista que estigmatiza essas nações como as mais dominantemente corruptas do planeta.

De qualquer forma, cabe aqui problematizar os efeitos da operação Lava Jato sobre a economia brasileira e o segmento da construção pesada. As eleições de 2014 e a operação Lava Jato geraram um intenso impasse político no país, levando à paralisia do governo e alimentando a crise econômica em curso. Assim, o PIB brasileiro ficou estagnado em

2014, com elevação de meio ponto percentual⁶. Nos dois anos seguintes, houve recuos consecutivos de 3,55% e 3,31%, em um processo depressivo intenso e inédito na histórica econômica brasileira recente. O olho do furacão da crise se deu na indústria da construção, na qual houve o resultado conjugado da paralisia dos investimentos estatais com os efeitos da Lava Jato. O advogado Walfrido Warde estimou as perdas da operação para a economia brasileira em torno de R\$ 187,2 bilhões, ou 3,4% do PIB, tendo ela gerado algo como um milhão de desempregados (WARDE, 2018). Segundo Eduardo Costa Pinto, na economia brasileira como um todo, houve a elevação do desemprego de 7 para 14 milhões de pessoas entre 2014 e 2017 e a queda da atividade econômica no segmento da indústria da construção nesse mesmo período foi da ordem de 20,1%. O mesmo autor indica que a operação Lava Jato gerou na economia brasileira perdas de 2% do PIB em 2015 e 2,5% em 2016 (PINTO, 2017a). De acordo com dados da revista *O Empreiteiro*, as maiores empresas de engenharia do Brasil tiveram em 2016 um faturamento 37% inferior ao de 2015. A receita do segmento de engenharia e construção, que era de R\$ 140 bilhões em 2013, foi para R\$ 53 bilhões em 2016, índice similar ao de 2006 (O EMPREITEIRO, 2017b). Ou melhor, houve um recuo de dez anos no faturamento conjunto das empresas do setor.

Esses são dados agregados e brutos. Se olharmos o setor com atenção, focando as atividades das empresas, podemos enxergar efeitos ainda mais significativos. A operação Lava Jato, grosso modo, teve como resultado o rompimento da barreira de proteção que resguardava às empresas brasileiras de engenharia o mercado doméstico de obras e serviços. Toda a seletividade criada pelo cartel das empreiteiras caiu por terra com a fragilização das empresas decorrente das investigações, punições e exposição pública das firmas. Vimos que, mesmo após a abertura do mercado em 1991, as maiores construtoras brasileiras conseguiram manter o controle sobre o mercado de obras públicas do país nos anos 1990 e 2000. Para a manutenção desse poder, os empresários usavam a sua força política, sua inserção no parlamento, nas eleições e junto às agências estatais e toda experiência técnica acumulada pelas empresas em suas trajetórias. Essa blindagem foi rompida com a operação Lava Jato, que gerou o enfraquecimento das empresas brasileiras e abertura para a

6 Não iremos problematizar nesses textos as causas ou origens da crise econômica brasileira. Para isso, ver, dentre outros, Carvalho (2018) e Pinto *et al.* (2017).

chegada das companhias de fora do país. Pesou para essa fragilização as elevadas multas que as empresas receberam⁷ e as repercussões da operação no exterior, com o descortinamento de uma rede de propinas que se alastrava pela dinâmica política de vários países onde essas empresas tinham atividades (BRANDT; SERAPIÃO; MACEDO, 2017).

Esse processo de desnacionalização pode ser verificado em diversos ramos do mercado doméstico de engenharia. Conforme vimos, os processos de privatização na década de 1990 deram fôlego ao capital estrangeiro, permitindo que grupos internacionais se instalassem no país, em setores como o de telecomunicações. No entanto, alguns grupos domésticos também fizeram aquisições e obtiveram concessões no período e, particularmente no ramo da infraestrutura, as maiores empreiteiras brasileiras foram contempladas com vias com pedágios e outras boas fontes de renda. O processo teve sequência nas décadas seguintes e boa parte dos aeroportos e estádios para a Copa do Mundo de 2014 passaram a ser administrados por essas empresas, como o caso do Maracanã e do Galeão, ambos gerenciados pela Odebrecht. No entanto, em meio à crise, a construtora se desfez da concessão do Maracanã, que voltou ao governo fluminense, e do Galeão, que foi para a Changi Airports International, de Cingapura. Além disso, a privatização dos aeroportos teve continuidade em meio aos tempos da Lava Jato, mas não mais contemplou as empreiteiras brasileiras. Em março de 2017, foram feitos leilões de quatro aeroportos da Infraero: o de Porto Alegre e de Fortaleza foram arrematados pelo grupo europeu Fraport AG Frankfurt; o de Florianópolis foi obtido pela suíça Zurich; e o de Salvador ficou com a francesa Vinci (O EMPREITEIRO, 2017b).

As concessões rodoviárias compõem outro segmento que vem sentindo um movimento de desnacionalização. A especialidade maior das empreiteiras brasileiras é a construção de estradas de rodagem, tendo em vista o modelo de transportes desenvolvido no país no século XX. Quando iniciaram as concessões das rodovias públicas para o setor privado, a partir dos anos 90, as construtoras brasileiras montaram firmas de administração de vias, como a Companhia de Concessões Rodoviárias S. A. (CCR), *pool* de empreiteiras formado pela Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Serveng-Civilsan (grupo Soares Penido).

⁷ Só nos EUA, por exemplo, a Odebrecht foi condenada a pagar uma multa de US\$ 2,6 bilhões após acordo com a justiça do país (APOS..., 2017).

Essa e outras companhias ganharam as licitações das principais rodovias no país, em nível estadual e federal, nas décadas de 1990 e 2000. No entanto, esse movimento tem modificado nos últimos anos e algumas empresas estrangeiras têm chegado ao mercado nacional com força. Assim, a espanhola Arteris (ex-OHL) obteve a vitória na concorrência sobre o trecho fluminense da BR-101 e da Régis Bittencourt (São Paulo-Curitiba). Já a Ecorodovias, que hoje tem oito concessões, incluindo a ponte Rio-Niterói e a rodovia dos Imigrantes, pertenciam à família da empreiteira paranaense CR Almeida, mas foi recentemente comprada pelo grupo italiano Gaveo. Esses grupos estrangeiros dão preferência a empresas de engenharia internacionais para a realização dos serviços nas rodovias concedidas, como duplicação, ampliação e sinalização (O EMPREITEIRO, 2017b, 2017c).

No ramo de eletricidade, a compra de ativos por grupos estrangeiros é ainda mais patente. Trata-se de um setor construído com intensa participação estatal, a partir da Eletrobrás e suas subsidiárias e com as empresas estaduais, com destaque para a Cesp e Cemig. A chegada das empresas estrangeiras se deu em meio à crise das empreiteiras brasileiras no processo da Lava Jato. Assim, em julho de 2015, a chinesa State Grid venceu a licitação para construir a linha de transmissão da usina hidrelétrica de Belo Monte para a região Sudeste, em um projeto de 2,5 mil km de linhões orçados em aproximadamente R\$ 10 bilhões. Além disso, foram feitas várias privatizações de usinas em período recente e as empresas chinesas têm chegado com intenso apetite nesse ramo. Hoje, a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil é a empresa China Three Gorges (CTG), que controla as hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira, antes pertencentes à Cesp e privatizadas em novembro de 2015 por R\$ 13,8 bilhões. A empresa controla ainda usinas no Pará, Amapá, Mato Grosso, Goiás e Santa Catarina. Outra chinesa, a State Power Investment Corp. (SPIC) comprou ativos de uma empresa australiana que operava dois parques eólicos no Brasil e pagou R\$ 7,18 bilhões pelo controle da usina hidrelétrica de São Simão, da Cemig. Além das chinesas, empresas norueguesas, belgas, espanholas, colombianas, indianas têm investido na infraestrutura elétrica brasileira, comprando ativos e adquirindo a propriedade de estatais e empresas privadas brasileiras, atuando principalmente na geração de energia eólica e na construção de linhas de transmissão (O EMPREITEIRO, 2017a, 2017b, 2017c).

Outro fenômeno ocorrido no ramo de infraestrutura no Brasil é a compra de construtoras brasileiras por grupos estrangeiros. Algumas empreiteiras nacionais em dificuldades têm sido vendidas para conglomerados do exterior, em um movimento mais direcionado a pequenas e médias empresas, mas que tem ocorrido também com algumas firmas maiores. Assim, ganhou notoriedade a compra da construtora carioca Concremat em 2017 pela China Communications Construction Company (CCCC), apontado como o terceiro maior grupo de engenharia do mundo. A Concremat era uma empresa com 65 anos de história e, além de realizar obras de infraestrutura, constava como a maior empresa projetista de engenharia do país. A firma tinha longa trajetória e chegou a participar do golpe de 1964, financiando e participando do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Recentemente, a empresa se viu envolvida com problemas na realização da obra da ciclovia Tim Maia, no Rio de Janeiro, que teve a queda de um de seus módulos em 2016, em acidente no qual morreram duas pessoas (O EMPREITEIRO, 2017b).

Outro movimento ocorrido no setor é a liquidação de bens pelos grandes grupos de engenharia brasileiros. Os três maiores construtoras do país – Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez – desenvolveram uma intensa ramificação de atividades desde a ditadura. O processo se acentuou até que os grupos controlados pelas famílias não tivessem mais como atividade principal a construção, apesar de esses impérios terem se originado das empreiteiras e da apropriação do fundo público. Até a Lava Jato, a principal atividade do grupo Odebrecht era a petroquímica, tendo em vista o controle da *holding* Odebrecht sobre a Braskem; o grupo Andrade Gutierrez tinha como principal atividade as telecomunicações, dado o controle das famílias – junto com o grupo Jereissati – sobre a Oi; e o grupo Camargo Corrêa era um dos maiores conglomerados da economia brasileira, com ações nos ramos de cimento, têxtil, calçadista e concessões. Em meio à crise, empresas dos grupos foram vendidas para pagar as multas e débitos financeiros. Assim, a Braskem está em processo de venda pela Odebrecht para o grupo holandês LyondellBasell. A Andrade Gutierrez perdeu o controle que dispunha sobre a Oi para acionistas portugueses e holandeses, além de vender sua participação na Cemig, a concessão do estádio Beira-Rio e da Sanepar (empresa de saneamento do Paraná). A Camargo Corrêa vendeu a CPFL para a chinesa State Grid e a Alpargatas, empresa calçadista antes pertencente ao grupo (uma das

maiores do país, proprietária das marcas Havaianas, Topper e Rainha) e que hoje pertence ao grupo Itaú Unibanco (EMPREITEIRAS..., 2017).

Toda essa descapitalização das maiores empresas brasileiras de engenharia e intensificação do processo de desnacionalização do setor de infraestrutura no país promete ganhar novos capítulos em breve, tendo em vista as sinalizações das políticas estatais para os próximos anos, com a indicação de privatizações nos segmentos de eletricidade e saneamento, nichos de interesse já anunciado por parte de grupos estrangeiros, principalmente chineses. Sendo assim, tudo indica que esse processo de liquidação dos ativos das empresas estatais e privadas brasileiras passando a mão o controle para grupos estrangeiros não é algo que chegou ao seu fecho, mas parece estar ainda em curso e pode se acentuar nos próximos anos.

Apesar de todos os efeitos da operação Lava Jato e da depressão econômica brasileira recente na desestruturação dos setores da infraestrutura nacional, nenhuma área foi mais afetada por esses movimentos do que o ramo de petróleo e gás. Esse constituiu o alvo principal da cobiça das empresas estrangeiras e foi também onde as empreiteiras brasileiras tiveram maiores perdas.

Para compreender a reestruturação verificada no setor, é importante retomar o que ocorreu na primeira década do século XXI. A Petrobrás é uma empresa controlada pelo Estado brasileiro e que tem forte investimento em pesquisa, prospecção e exploração de petróleo em águas profundas. Em 2006, foram descobertos os campos da camada pré-sal da costa oceânica brasileira, com jazidas significativas de óleo, que transformavam o Brasil em uma das 10 maiores reservas do mundo. Segundo Pinto, essa foi a maior descoberta da indústria mundial do petróleo nos últimos 50 anos (PINTO, 2017b). Diante de todas as dificuldades técnicas para a exploração nessa camada e a necessidade de equipamentos sofisticados e caros, o pré-sal chegou a ser desacreditado em certo momento. No entanto, com a tecnologia desenvolvida pela Petrobrás, os poços começaram a ser explorados e, no final de 2018, o custo da exploração no pré-sal tem se dado em torno de US\$ 7 o barril, bem abaixo do preço máximo atingido nesse ano, de aproximadamente US\$ 80 o barril. No final de 2018, o pré-sal chegou a ser responsável por 58% de toda a produção de petróleo nacional. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, a produção anual de óleo no país saltou de 1,83

para 3,23 milhões de barris diários entre 2007 e 2018, com a expectativa de alcançar 6 milhões/dia em 2035 (ANP, 2018).

Dessa forma, o pré-sal se confirmou como uma excelente oportunidade de negócios, sendo alvo de cobiça das petroleiras internacionais. Documentos do *Wikileaks* revelam que um dos assuntos mais abordados nas mensagens diplomáticas da embaixada norte-americana no Brasil na primeira década do século XXI dizia respeito à política brasileira do petróleo, havendo queixas de empresas como a Chevron acerca do regime de partilha adotado para o pré-sal. Além disso, dados divulgados da *National Security Agency* (NSA) por Edward Snowden mostram que o governo brasileiro e a Petrobrás eram alguns dos organismos mais vigiados pelo sistema de espionagem dos EUA. A divulgação desses dados gerou um contencioso internacional entre os dois países, levando a então presidente Dilma Rousseff a cancelar uma visita de Estado que faria aos EUA no ano de 2013 (LESSA; CERVO, 2014). A Associação dos Engenheiros da Petrobrás denunciou que, pouco após a descoberta do pré-sal, computadores e equipamentos da estatal brasileira de petróleo foram roubadas, em um possível caso de espionagem industrial (AEPET, 2018). Além disso, em novembro de 2008, um ano após a divulgação pública da descoberta, o Estado norte-americano anunciou a recriação da IV Frota da marinha do país, responsável pelo monitoramento das águas do Atlântico Sul, que havia existido somente de 1943 a 1950, no contexto da Segunda Guerra Mundial. A medida levou o governo brasileiro a acelerar a política nacional de defesa, anunciando em 2009 a parceria com a França para a construção de submarinos nucleares para patrulhar o litoral brasileiro (KANAAAN, 2018).

É importante destacar que a Petrobrás historicamente se caracterizou como uma das principais demandantes das empresas brasileiras de engenharia. Era uma diretriz da companhia, na maior parte das suas gestões, a valorização de firmas nacionais para realizar obras como refinarias, oleodutos e plataformas. Um exemplo notório de empreiteira que cresceu associada à Petrobrás foi a Odebrecht. A construtora teve seu primeiro contrato com a Petrobrás no ano de fundação da estatal, em 1953, quando as atividades da petroleira se concentravam no Nordeste. Em sua memória, a construtora sinaliza a importância da Petrobrás para o seu crescimento, indicando, por exemplo, que a primeira obra feita pela empreiteira fora do Nordeste

foi a construção do edifício-sede da estatal no Rio. A Odebrecht fez aquisições, ramificação e até a sua internacionalização esteve associada à Petrobrás. Assim, em 1986, a Odebrecht adquiriu a Tenenge, importante empresa de engenharia industrial que tinha a Petrobrás como uma das principais clientes, sendo importante fabricante de plataformas de petróleo. A Odebrecht privilegiou a área da petroquímica nas suas ações de diversificação, tendo em vista sua inserção na Petrobrás e facilidades para aquisição da nafta junto à estatal brasileira, o que fez com que, desde a década de 70, adquirisse seguidos ativos estatais e privados até formar a Braskem, nos anos 2000. Mesmo no exterior, a Odebrecht teve caminhos abertos pela estatal brasileira. Assim, por exemplo, quando a Odebrecht chegou em Angola, em 1983, estabeleceu um contrato para a construção da hidrelétrica de Capanda, no qual o pagamento pelas obras civis pelo governo angolano se daria com o fornecimento de petróleo para a Petrobrás, que remuneraria a construtora em moeda nacional (DANTAS, 2007).

Durante os anos 1990, houve um processo de reformulação da estatal, com ampliação da participação privada na companhia e gestão como tal, com valorização da produção em detrimento da industrialização e preferência dado aos fornecedores mais baratos, mesmo que fossem no exterior. A empresa minorou seu papel de instrumento de política pública e passou a comprar plataformas fora do Brasil. Nos anos 2000, houve a reversão dessa política, com a adoção da política de conteúdo nacional, que dá preferência a fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da Petrobrás. Com isso, houve uma nacionalização da renda petroleira, com favorecimento das empresas domésticas de engenharia e construção naval. Isso associado à elevação no programa de compras e investimentos da companhia levou a um *boom* de serviços para a cadeia brasileira de fornecedores da indústria do petróleo, com produção de sondas, navios, plataformas, dutos etc. As empreiteiras foram beneficiadas e algumas chegaram a fazer incursões na construção naval, de olho nas contratações da Petrobrás. O regime de partilha, aprovado em 2010, definia a Petrobrás como operadora do pré-sal, permitindo que a empresa liderasse os consórcios exploradores e indicasse os fornecedores, o que possibilitaria a nacionalização dos serviços e da indústria de equipamentos para a exploração de petróleo no país (FUSER, 2017). Assim, estavam abertas as

portas para a intensificação da apropriação da renda petroleira do pré-sal pelas empresas brasileiras.

O golpe de 2016 levou à radical reversão da política no ramo do petróleo. Os casos de corrupção serviram de justificativa para a retirada da Petrobrás da condição de operadora do pré-sal e afastamento das empresas brasileiras fornecedoras de serviços da estatal. Foram usados também para respaldar a venda de ativos da companhia, como a subsidiária Liquigás, adquirida pelo grupo Ultra, e a rede de dutos no Sudeste, obtida pela canadense Brookfield. Houve a atenuação da política de conteúdo nacional e aceleração dos leilões do pré-sal pela ANP, com recuo da Petrobrás e favorecimento das petroleiras estrangeiras. No balanço das cinco rodadas de leilões, a Petrobrás ficou com 25% das reservas, as inglesas Shell e BP com 26,2%, as norte-americanas ExxonMobil e Chevron com 20% e as chinesas CNOOC, CNPC, CNODC e Repsol Sinopec com 9,5% (LEILÃO..., 2018). Houve volta à política de preferência dada à produção, em detrimento da industrialização do petróleo. Assim, a Petrobrás ampliou a importação de combustíveis e reduziu a sua produção no Brasil, abrangendo, em 2018, 76% do mercado doméstico, contra 90% em 2013. Capacidade instalada tem sido deixada ociosa nas refinarias e são feitas compras de gasolina e diesel no exterior, principalmente com fornecedores norte-americanos. Com isso, a companhia fica refém dos preços internacionais e, desde o início da gestão Pedro Parente, adotou o regime de flutuação do preço conforme os índices internacionais. Essa nova política, típica de uma empresa privada, contrasta com a estratégia anterior, pré-2016, de absorver certas flutuações do preço internacional na Petrobrás, de modo a mitigar a pressão inflacionária e usar a estatal como instrumento de política pública (FUSER, 2018). A forte elevação dos preços do diesel levou à greve dos caminhoneiros em maio de 2018, que gerou crise de desabastecimento, paralisação de rodovias e a queda de Parente.

Dessa forma, o setor de petróleo e gás tem se caracterizado como o núcleo no qual se desenvolveu o cerne do processo de desestruturação econômica do setor de engenharia e infraestrutura no Brasil, com enfraquecimento das empresas brasileiras, acentuação do processo de desnacionalização e favorecimento a grupos estrangeiros, no caso as petroleiras internacionais norte-americanas, europeias e asiáticas. Diante desses dados e desse conjunto de informações que foram arroladas acima,

vejamos uma certa possibilidade interpretativa para tentar dar conta da realidade vivida nesse setor.

O reforço do padrão de acumulação predominantemente financeiro

Esse processo de desestruturação do setor de infraestrutura brasileiro fragilizações das empresas parece ser relacionado com movimentos gerais sentidos na economia brasileira nas últimas décadas. A construção pesada não foi o único segmento da indústria que tem sofrido uma atrofia nos últimos anos. Pelo contrário, o que se verifica na economia do país desde os anos 1990 é um processo de desindustrialização⁸ que ganhou mais vigor desde 2014. Em 1990, o Brasil dispunha de 3,43% da produção industrial global, índice então similar ao da China. Em 2017, a economia brasileira somou apenas 1,98% da produção industrial do planeta, ao passo que a chinesa pulou para 24,83%. O peso da indústria no PIB brasileiro era de 45,97% em 1985 e 24,98% em 2013. Na indústria de transformação, a queda é ainda mais acentuada, passando de 35,88% em 1985 para apenas 11,8% em 2017. Esse mesmo índice é mais elevado em outras economias, perfazendo 23% do PIB alemão, 18,88% do produto mexicano e 17,2% da produção nacional argentina (ESPOSITO, 2017).

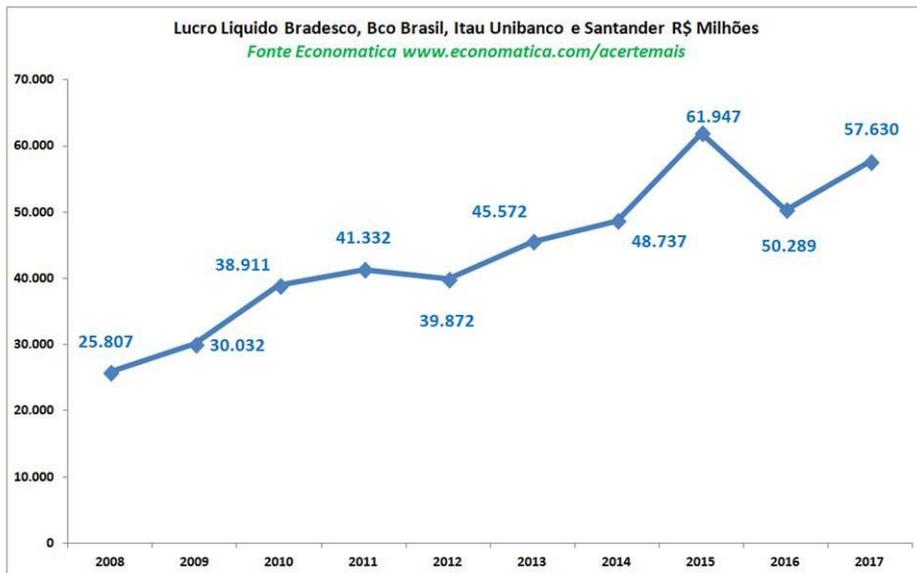
Esse processo de desindustrialização está relacionado a uma tendência à reprimarização da economia, com perda relativa do setor industrial e intensificação da produção de gêneros agropecuários e minerais. Assim, enquanto a economia brasileira tem se expandido moderadamente nos últimos 20 anos, a produção de soja tem crescido no mesmo período a uma taxa média anual de 13,4%. No ano de 2017, a economia brasileira cresceu 1%, ao passo que a produção agrícola expandiu 13%. Esse processo é sentido em particular nas exportações, na qual se vê uma elevação significativa do predomínio de produtos agropecuários e minerais. Em 2003, 54,3% das exportações brasileiras eram de produtos industrializados, índice que atingiu 37,12% em 2012 (MOREIRA; MAGALHÃES, 2014). Dados do MDIC (OS PRODUTOS..., 2018) indicam que os principais produtos exportados pelo Brasil em 2017 eram soja triturada (15% do total), minério de ferro (9,9%) e petróleo

8 É importante ressaltar que o conceito não é consensual na literatura. Para ver críticas e debates a respeito, ver Torres e Cavalieri (2015), Oreiro e Feijó (2010).

(8,2%), sendo que o único item industrializado entre os 10 principais exportados era o de automóveis, quinto principal produto de exportação, com 3% das vendas externas. Essa reprimarização da pauta exportadora ganhou força nos anos 1990 e se acentuou no século 21, no compasso da expansão chinesa.

Mas não é só o segmento primário que tem ganhado fôlego nas últimas décadas na economia brasileira. A acumulação no âmbito bancário e financeiro tem se expandido significativamente, no compasso dos juros elevados e das facilidades dadas aos bancos instalados no país. Com uma forte centralização de capital, os maiores bancos brasileiros têm tido constantes e sucessivos recordes nos seus lucros. Dos cinco maiores lucros brutos da economia brasileira em 2017, quatro são de bancos (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Santander) e só um é de uma empresa de outro setor – no caso, da Vale (BANCOS..., 2018). A seguir, a trajetória recente do lucro acumulado de quatro dos maiores bancos do Brasil:

Figura 2 – Lucro dos quatro bancos mais lucrativos do país, 2008-2017:



Fonte: Alvarenga (2018).

Nota-se a tendência crescente dos lucros dos bancos, com acúmulo de mais de 100% de expansão nesse decênio.

Esses dados parecem comprovar a leitura de que estamos vivendo um padrão de acumulação de capital predominantemente financeiro na economia brasileira, o que ocorre desde o Plano Real, em meados dos anos 1990. Esse novo regime de acumulação tem se acentuado nos últimos anos e abrange um processo de desmantelamento da indústria e reforço da produção no segmento primário. O governo Fernando Henrique Cardoso chegou a implementar mecanismos institucionais para respaldar a acumulação no ramo financeiro, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que confere preferência para o uso do fundo público para a remuneração dos gastos financeiros. Esse mecanismo foi aperfeiçoado e ampliado no governo Temer, com a PEC 55, que congela os gastos do aparelho de Estado nos 20 anos em diversos segmentos, excluindo os dispêndios financeiros, o que tende a elevar ainda mais a remuneração dos detentores de títulos da dívida público e outros ativos financeiros. Esse processo vem acompanhado de um enxugamento do mercado interno brasileiro, como resultado das políticas implementadas pela administração Temer, com medidas como a retirada de direitos através da reforma trabalhistas, facilitação para a terceirização e elevação do desemprego (BRANDÃO, 2018).

A respeito disso, a ex-presidente Dilma Rousseff se referiu às movimentações de frações da classe dominante no golpe 2016 em uma entrevista dada após ser deposta:

Posso te falar uma coisa... eu acho, por toda experiência de política anticíclica que nós fizemos desde 2011 até hoje, até hoje que eu falo, até o final de 2014. O que eu percebo é que tem uma distorção na estrutura empresarial brasileira, que é a seguinte: Uma parte da atividade produtiva, ela é que sustenta a expansão das empresas, mas pelo fato que, durante muitos anos até hoje, o Brasil convive com taxas de juros elevadas... porque você lembra que baixamos a taxa de juros em 2013, de forma significativa, e foi aquele escarcéu. Mas o que é o efeito político disso? É que o setor produtivo do empresariado, ele vive também de aplicações financeiras. A tesouraria (DILMA..., 2017).

Essa exposição parece ser representativa da escolha de parte da burguesia brasileira, que optou pelas aplicações financeiras, dadas as elevadas margens de lucro nesse setor, em detrimento de outros segmentos, nos quais se auferia uma taxa de lucro bem inferior.

Conforme a categoria proposta por Basualdo (2013), parece ter havido no Brasil uma intensificação do padrão de acumulação de capital predominantemente financeiro nos últimos anos, como resultado da crise econômica, das tensões políticas e das medidas aplicadas pela gestão Temer, que beneficiaram as atividades do capital financeiro, das petrolíferas internacionais e desenvolveram políticas que fragilizaram o mercado doméstico, incentivando a desindustrialização e a reprimarização da economia.

Esse reordenamento do processo de acumulação de capital na economia brasileira parece indicar uma nova inserção do país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), com intensificação da posição da economia brasileira como uma produtora de produtos primários, com indústria frágil e cerne da acumulação no ramo financeiro. Essa nova inserção parece incluir uma significativa desnacionalização de segmentos da economia brasileira, como o da infraestrutura. Esse processo de esvaziamento de certa burguesia brasileira levou Sebastião Velasco e Cruz a sinalizar uma emergência e liderança de uma burguesia compradora em meio às frações da classe dominante brasileira (CRUZ, 2017).

Por fim, tendo em vista as últimas sinalizações políticas, tudo leva a crer que teremos um processo de prolongamento e radicalização das tendências sentidas recentemente, com intensificação do padrão de acumulação predominantemente financeiro, esvaziamento do mercado doméstico mediante a dilapidação de direitos, intensificação da desindustrialização, reprimarização e desnacionalização da economia brasileira, que parece tender a elevar ainda mais sua inserção subalterna na Divisão Internacional do Trabalho e no sistema interestatal.

Referências

AEPET - ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS DA PETROBRÁS. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/>. Acesso em: 19 out. 2018.

ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de; DAIN, Sulamis; ZONINSEIN, Jonas. *Indústria de construção e política econômica brasileira do pós-guerra: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1982.

ALVARENGA, Darlan. Lucro dos maiores bancos volta a crescer e sobe 14,6% em 2017. *G1 Economia*, São Paulo, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/lucro-dos-maiores-bancos-volta-a-crescer-e-sobe-146-em-2017.ghtml>. Acesso em: 29 dez. 2018.

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Pré-sal já responde por 54% da produção brasileira de petróleo e gás*. 2018. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/noticias/anp-e-p/4454-pre-sal-ja-responde-por-54-da-producao-brasileira-de-petroleo-e-gas>. Acesso em: 19 out. 2018.

APÓS acordo com a justiça dos EUA, Odebrecht pagará multa de US\$ 2,6 bilhões em caso de corrupção. *G1 Política*, São Paulo, 17 abr. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/juiz-dos-eua-aprova-multa-de-us-26-bi-para-odebrecht-em-caso-de-corrupcao.ghtml>. Acesso em: 30 dez. 2018.

BANCOS lucram R\$ 63,12 bi em 2017, melhor resultado entre empresas da bolsa. *UOL*, São Paulo, 2 abr. 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2018/04/02/lucro-bancos-bolsa-de-valores-bovespa-2017-economica.htm>. Acesso em: 29 dez. 2018.

BASUALDO, Eduardo. Concepto de patrón o régimen de acumulación y conformación estructural de la economía. In: FLACSO. *Maestría en economía Política Argentina*. Buenos Aires: Flacso, 2007. p. 1-20.

BASUALDO, Eduardo. El legado dictatorial: el nuevo patrón de acumulación de capital, la desindustrialización y el ocaso de los trabajadores. In: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013. p. 81-99.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BOITO JUNIOR, Armando. A corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 44, p. 9-19, 2017.

BOITO JUNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Edunicamp, 2018.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização dos bancos estaduais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BRANDT, Ricardo; SERAPIÃO, Fábio; MACEDO, Fausto. Em 3 anos, operação Lava Jato chegou a 37 países. *O Estadão*, São Paulo. 3 jan. 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/em-3-anos-operacao-lava-jato-chegou-a-37-paises/>. Acesso em: 30 dez. 2018.

DILMA ao 247: “Temer está aquém do povo brasileiro”. *Brasil 247*, 21 nov. 2016. Disponível: <https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/266474/Dilma-ao-247-E2%80%9CTemer-est%C3%A1-aqu%C3%A9m-do-povo-brasileiro%E2%80%9D.htm>. Acesso em: 30 dez. 2018.

BRATSIK, Peter. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 44, p. 21-42, 2017.

CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. *Estado e empreiteiros no Brasil: uma análise setorial*. 1993. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.

CARVALHO, Laura. *A valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CHAVES, Marilena. *A Indústria de Construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. *Praga: Revista de Estudos Marxistas*, São Paulo, n. 3, 1997.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS, 2012.

COUTO, Verônica. Lava Jato aproxima-se do desenlace, mas deixará um legado de destruição, diz Wadiah Damous. *Senge*, Rio de Janeiro. 16 jul. 2018. Disponível em <https://www.sengerj.org.br/posts/3265-lava-jato-aproxima-se-do-desenlace-mas-deixara-um-legado-de-destruicao-diz-wadiah-damous>. Acesso em: 30 dez. 2018.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Burguesia e empresariado no Brasil: viagem a um passado distante e o caminho de volta. In: SEMINÁRIO NACIONAL DIMENSÕES DO EMPRESARIADO BRASILEIRO. 2017, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRRJ; UERJ, 2017.

DANTAS, Ricardo Marques de Almeida. *Odebrecht: a caminho da longevidade sustentável?* 2007. 296f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

EMPREITEIRAS da Lava Jato vendem o que podem. *Diário do Comércio*, São Paulo, 20 fev. 2017. Disponível em: <https://dcomercio.com.br/categoria/negocios/empreiteiras-da-lava-jato-vendem-o-que-podem>. Acesso em: 30 dez. 2018.

ESPOSITO, Mauricio. Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, n. 60, p. 120-146, jan./abr 2017.

FERRAZ FILHO, Galeno Tinoco. *A transnacionalização da grande engenharia brasileira*. 1981. 330f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

FUSER, Igor. Grandeza e miséria do pré-sal. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (org.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 181-190.

FUSER, Igor. Pré-sal, uma tragédia brasileira. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, p. 3-5, nov. 2018.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. O Brasil na mira do tio Sam: o projeto Pontes e a participação dos EUA no golpe de 2016. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 7., 2018, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: UFF, 2018.

LEILÃO do pré-sal: vitória das estrangeiras e derrota da Petrobrás. *Carta Capital*, São Paulo. 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-vitoria-das-estrangeiras-e-derrota-da-petrobras/>. Acesso em: 30 dez. 2018.

LEITE, Paulo Moreira. *A outra história da Lava Jato*. São Paulo: Geração, 2015.

LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

LESSA, Antonio Carlos; CERVO, Amado Luiz. O declínio: a inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e Crises no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. *Crítica e Sociedade*, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016, p. 4-35.

MATÉRIA operação Lava Jato. *Folha de São Paulo*, São Paulo. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>. Acesso em: 29 dez. 2018.

OS PRODUTOS mais exportados pelo Brasil em 2017. *Global JR*, Porto Alegre. Disponível em: <https://globaljr.espm.br/os-produtos-lideres-mais-exportados-pelo-brasil/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MENDONÇA, Sônia Regina da. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; MAGALHÃES, Emanuel Sebag de. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, n. 38, p. 90-106, jun. 2014.

NETTO, Vladimir. *Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

O EMPREITEIRO. São Paulo, n. 560, maio 2017a.

O EMPREITEIRO. São Paulo, n. 562, jul./ago. 2017b.

O EMPREITEIRO. São Paulo, n. 564, nov./dez. 2017c.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Zero à esquerda).

OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

PINTO, Eduardo Costa. Lava Jato e crise: impactos econômicos e desestruturação institucional. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, p. 8-9, ago. 2017a.

PINTO, Eduardo Costa. A trajetória do pré-sal: a aposta vira realidade. *Carta Capital*, São Paulo, 19 out. 2017b.

PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; SALUDIJAN, Alexis; NOGUEIRA, Isabela; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; BARUCO, Grasiela. *A guerra de todos contra todos: a crise brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017c.

TORRES, Ricardo Lobato; CAVALIERI, Henrique. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 859-877, out./dez. 2015.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

WARDE, Walfrido. *Espetáculo da Corrupção: como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país*. São Paulo: Leya, 2018.